

# PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

## IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2024/3821</b>	<b>9897/2024</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DAAC - DIVISÃO DE AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

## FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Considerando que:

- 1) Por deliberação do Executivo Municipal de 14 de abril de 2022, a Câmara Municipal de Braga deliberou remeter à aprovação da Assembleia Municipal, o Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC), que definiu diversas medidas de sustentabilidade energética, designadamente, a de avaliar os locais de maior produção energética resultante da instalação de painéis fotovoltaicos e promover a respetiva implementação, no âmbito do projeto de avaliação do potencial fotovoltaico do edificado no Concelho, aprovado em 6 de maio de 2022, pela Assembleia Municipal;
- 2) No seguimento e em execução dessa medida, e tendo em vista reduzir os custos da utilização da energia elétrica e minimizar os respetivos impactos ambientais, o Município de Braga pretende proceder à instalação de Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC), com vista a produzir localmente a sua própria energia e contribuir diretamente para o abatimento dos consumos de eletricidade, bem como a criação futura de um ACC/CER para partilha da energia excedente com outras instalações consumidoras de energia elétrica;
- 3) Com efeito, as unidades de autoconsumo aproveitam a energia produzida por sistemas fotovoltaicos, injetando a energia excedente, não diretamente consumida, na rede elétrica de serviço público para ser partilhada com outras instalações consumidoras de energia elétrica que não tenham condições para a instalação de painéis fotovoltaicos através do ACC/CER;



4) Os equipamentos educativos que integravam o património próprio da Parque Escolar, EPE não foram transferidos para a titularidade dos municípios – cfr. artigo 62.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e as entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

5) Tais equipamentos - Escola Secundária de D. Maria II, Escola Secundária Alberto Sampaio, Escola Secundária Carlos Amarante e Escola Secundária Sá de Miranda, integram o património gerido pela Construção Pública, EPE, na universalidade dos bens que a compõem, de acordo com o disposto no contrato-programa celebrado entre esta e o Estado Português;

6) Com vista à instalação da UPAC, o Município de Braga pretende lançar um concurso público para a instalação de painéis fotovoltaicos nas coberturas das Escolas Secundárias do concelho;

7) Para cumprimento desse desiderato, o Município propõe-se celebrar com a Construção Pública, EPE, proprietária dos equipamentos Educativos supra identificados, os protocolos de colaboração em anexo, que fazem parte integrante da presente Proposta, através dos quais, a Construção Pública, EPE, autoriza o Município de Braga, a realizar as obras necessárias à instalação da Unidade de Produção para Auto Consumo.

Mais considerando:

8) A instalação da Unidade de Produção para Auto Consumo visa, simultaneamente, reduzir a fatura energética das escolas, bem como aumentar a quota de energia proveniente de fontes de energia renovável nos edifícios públicos do concelho, indo ao encontro do estabelecido nos documentos estratégicos nacionais (PNEC 2030) e locais (PAESC de Braga) contribuindo para a transição energética do Município de Braga;

9) A manifesta utilidade para o concelho, comunidade escolar e local e para a concretização dos objetivos comuns acima enumerados;

10) O Município dispõe de atribuições no domínio da energia, ambiente e promoção do desenvolvimento – fr. Alíneas b), k) e m) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);

11) Compete à Câmara municipal colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central – cfr. Artigo 33.º, n.º 1, alínea r), do RJAL, na redação em vigor;

12) **O Município** pretende lançar um CONCURSO PÚBLICO PARA A CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DE ESPAÇOS MUNICIPAIS PARA A INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO” nas coberturas destas Escolas Secundárias do concelho e outros edifícios municipais.



**Propõe-se que,**

Ao abrigo do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal de Braga aprove a celebração dos protocolos de colaboração para execução do “Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima”, nos termos das minutas que se juntam em Anexo.

**Anexos:**

1. Protocolo de Cooperação para Execução do “Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima” – Escola Secundária de D. Maria II
2. Protocolo de Cooperação para Execução do “Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima” – Escola Secundária Alberto Sampaio
3. Protocolo de Cooperação para Execução do “Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima” – Escola Secundária Carlos Amarante
4. Protocolo de Cooperação para Execução do “Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima” – Escola Secundária Sá de Miranda

**PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão. Notifique-se o(a) requerente no sentido desta decisão.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**





## PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO “PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL E O CLIMA”

Entre

**MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa coletiva número **506901173**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Rio, no uso da competência própria, ao abrigo do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 e da alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, doravante designado por **MUNICÍPIO**;

**ESCOLA SECUNDÁRIA ALBERTO SAMPAIO**, pessoa coletiva número 600 077 594, sita na Rua Álvaro Carneiro, Praceta Fernando Pessoa, 4715 – 086 Braga, aqui representada por João Manuel Esteves Andrade na qualidade de Diretor, com poderes para o ato, adiante designada **ESAS**;

E

**CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, pessoa coletiva número 508 069 645, com sede em Av. Infante Santo, n.º 2, em Lisboa, representada pelo Vogal do Conselho de Administração, Dr. Luís Filipe Machado da Silva Andrade, no uso de poderes conferidos por deliberação do Conselho de Administração de 05/09/2024, adiante designada por **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**

Considerando que:

- A) O **MUNICÍPIO** aprovou o Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC) que definiu diversas medidas de sustentabilidade energética, designadamente, a de avaliar os locais de maior produção energética resultante da instalação de painéis fotovoltaicos e promover a respetiva implementação, no âmbito do projeto de avaliação do potencial fotovoltaico do edificado no Concelho.
- B) Em execução dessa medida e - tendo em vista reduzir os custos da utilização da energia elétrica e minimizar os respetivos impactos ambientais, **MUNICÍPIO** - pretende lançar um concurso público de cedência de espaços para a colocação de painéis fotovoltaicos nas coberturas das Escolas Secundárias do concelho.



- C) A **ESAS** integra a rede de escolas secundárias que constituem o património gerido pela **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, na universalidade dos bens que a compõem, de acordo com o disposto no contrato-programa celebrado entre esta empresa e o Estado Português;
- D) Na prossecução do seu objeto, a **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, promoveu a requalificação da Escola Secundária Alberto Sampaio, a qual se encontra integrada na Fase 2 do Programa de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário, tendo disponibilizado a infraestrutura escolar à **ESAS** em 05 de outubro de 2010;
- E) O **MUNICÍPIO** e a **ESAS** pretendem reunir esforços para dotar a referida escola com uma Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC) a partir de energia solar fotovoltaica, com o intuito de reduzir a fatura energética da escola, bem como aumentar a quota de energia proveniente de fontes de energia renovável nos edifícios públicos do concelho, indo ao encontro do estabelecido nos documentos estratégicos nacionais (PNEC 2030) e locais (PAESC de Braga);
- F) Pretende o **MUNICÍPIO** proceder ao início dos trabalhos para a elaboração do projeto de execução com vista à instalação da UPAC na **ESAS**;
- G) Atento o propósito do **MUNICÍPIO** e da **ESAS**, a manifesta utilidade para o concelho, comunidade escolar e local e para a concretização dos objetivos comuns, a **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** autoriza a referida intervenção de dotação de uma UPAC pelo **MUNICÍPIO**, não importando, para a mesma, através do presente protocolo quaisquer encargos ou custos de qualquer natureza;
- H) A celebração do presente protocolo foi aprovada pela deliberação camarária do **MUNICÍPIO** tomada em reunião de     /    /     e pelo Conselho de Administração da **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** em 05/09/2024.

É celebrado e reciprocamente aceite o presente protocolo, o qual se rege nos termos e fundamentos dos considerandos que antecedem e pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª**

(Objeto)

O presente protocolo tem por objeto fixar os termos da colaboração entre o **MUNICÍPIO**, a **ESAS** e a **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, com vista à instalação da UPAC nos edifícios que, em decisão



conjunta por estas três entidades, se perfilam com as condições operacionais ideais para a instalação da central fotovoltaica, sitos na ESAS.

## **Cláusula 2.ª**

(Da responsabilidade do **MUNICÍPIO**)

1. Compete ao **MUNICÍPIO** proceder à instalação de unidades de autoconsumo fotovoltaico, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, competindo-lhe, em exclusivo, promover as ações necessárias ao fim visado, com interlocução junto de quaisquer entidades, atuando na qualidade de dono da obra ou entidade adjudicante.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, o **MUNICÍPIO** é responsável, designadamente, por:
  - a) Elaborar o projeto de execução com vista à instalação de unidade de produção de energia fotovoltaica para autoconsumo nas instalações da escola, respeitando o projeto de requalificação e promovendo o seu enquadramento harmonioso no conjunto arquitetónico composto também pela escola, e por garantir a assistência técnica à obra;
  - b) Dar conhecimento à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** das várias fases de elaboração e do projeto final de execução da UPAC, bem como das eventuais alterações ao mesmo;
  - c) Obter quaisquer licenças, autorizações ou similares, suportando os respetivos encargos;
  - d) Desencadear os procedimentos inerentes à adjudicação e execução da obra, incluindo a fiscalização, coordenação de segurança e prática dos demais atos e contratos necessários à conclusão da empreitada, obrigando-se a assegurar a existência das cauções que assegurem a boa execução dos contratos e a correção de defeitos durante os prazos legais de garantia, suportando todos os encargos e custos daí decorrentes;
  - e) Certificar, por consulta do registo criminal, que as pessoas empregues nos trabalhos não estão inibidas de contactos com menores;
  - f) Assegurar as correções dos eventuais defeitos da UPAC, durante o período de garantia previsto do artigo 397º do CCP;
  - g) Durante o período de garantia da UPAC, assegurar a manutenção corretiva da instalação, dos equipamentos, componentes e acessórios;



- h) Subscrever e manter em vigor as apólices de seguro necessárias, nomeadamente de responsabilidade civil, que cubram eventuais danos causados pela instalação;
- i) Reparar os danos que a instalação da UPAC provoque nos bens propriedade da **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, **ESAS** ou a terceiros;
- j) Garantir a preservação e manutenção das atividades escolares em condições de segurança e normalidade;
- k) Elaborar e publicitar o Plano de Segurança, para garantir as condições de circulação e segurança de pessoas e bens, no acesso às instalações escolares, seja durante os períodos letivos, ou durante as férias escolares, obrigando-se ainda a dar conhecimento do plano à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** e à **ESAS** antes da sua aprovação, tendo em vista a inclusão de especificações e medidas cautelares ou de proteção por estes sugeridas;
- l) Dar informação à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** e à **ESAS** sobre a data da consignação da obra, antes da mesma ocorrer, sobre a evolução dos trabalhos, ao longo da respetiva execução e sobre a sua conclusão, aquando da marcação da vistoria para a receção provisória.
- m) Assegurar, pelo menos uma vez por ano, a manutenção preventiva dos equipamentos pertencentes à UPAC, após a receção definitiva da obra pelo **MUNICÍPIO**, devendo a mesma ser articulada com a **ESAS** e dado conhecimento à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**;
- n) Informar a **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** e a **ESAS** sobre as leituras do contador de energia fotovoltaica e reportes de produção, sempre que solicitado.

### **Cláusula 3.ª**

(Da responsabilidade da **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**)

Compete à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, na qualidade de proprietária das instalações da **ESAS**:

- a) Disponibilizar os espaços, identificados no projeto de execução (a elaborar), para a execução das obras necessárias à instalação da UPAC na **ESAS**, conforme considerandos D) e E) e cláusula 1ª;
- b) Autorizar a realização das referidas obras de requalificação, sem que daí, para si, decorram custos ou encargos de qualquer natureza, as quais passarão a integrar a propriedade da **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** à medida que forem executadas;



c) Atuar, a todo o tempo, na qualidade de proprietária, em especial determinando as medidas que repute necessárias e imputando os respetivos custos, diante de um incumprimento definitivo na conclusão das obras ou na correção de defeitos das mesmas, que importe risco ou perigo para pessoas e bens, não sem antes envidar junto do **MUNICÍPIO** as ações e colaboração adequadas a promover a sua realização.

#### **Cláusula 4.ª**

(Da responsabilidade da **ESAS**)

Compete à **ESAS**:

- a) Divulgar, junto dos utilizadores do espaço escolar, a informação relevante sobre a requalificação, nomeadamente, a que respeite à data do seu início, aos especiais deveres de prudência e regras de segurança a observar, bem como às condicionantes ou restrições de acesso, circulação e/ou utilização de espaços e/ou equipamentos;
- b) Disponibilizar nas instalações um espaço para colocação de um ecrã que disponibilize informação sobre a produção em tempo real da central fotovoltaica.
- c) Dinamizar no decorrer das atividades escolares iniciativas de sensibilização e capacitação destinadas aos alunos, professores e restante corpo técnico sobre a temática da transição energética e que permitam a visita destes à central fotovoltaica (caso seja instalada em local acessível para o efeito).

#### **Cláusula 5.ª**

(Revisão)

O presente protocolo pode ser revisto por acordo entre as partes, formalizado por meio de aditamento.

#### **Cláusula 6.ª**

(Vigência)

1. O presente Protocolo é aceite pelas partes nos exatos termos constantes das suas cláusulas, entrando em vigor na data da sua assinatura.
2. O presente Protocolo é celebrado pelo prazo máximo de 15 (quinze) anos, renovando-se por períodos sucessivos de igual duração, enquanto não for denunciado por qualquer uma das partes,





mediante comunicação escrita, enviada por via postal, com aviso de receção, com a antecedência mínima de 3 (três) meses, face ao termo do acordo ou ao de qualquer uma das suas renovações.

3. Sem prejuízo do exposto no número anterior, o Protocolo poderá cessar a sua vigência antes dessa data, mediante notificação devidamente fundamentada, enviada com uma antecedência de 6 (seis) meses relativamente à data de termo pretendida, por superiores razões de interesse público ditadas pela tutela.

4. A cessação do presente protocolo, por qualquer causa, não confere ao **MUNICÍPIO** o direito a ser compensado ou levantar quaisquer benfeitorias.

Feito em três exemplares, vai o presente protocolo ser assinado pelos representantes das partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

\_\_\_\_\_, XX de XXXX de 2024

Ou

O contrato, que vai ser outorgado com assinatura eletrónica qualificada, produz efeitos à data da sua outorga.

Pelo **MUNICÍPIO DE BRAGA**,

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Ricardo Rio)*

Pela **ESCOLA SECUNDÁRIA ALBERTO SAMPAIO**,

O Diretor,

---

*(João Manuel Esteves Andrade)*



Pela **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**,  
O Vogal do Conselho de Administração,

---

*(Dr. Luís Filipe Machado da Silva Andrade)*



## PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO “PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL E O CLIMA”

Entre

**MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa coletiva número **506901173**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Rio, no uso da competência própria, ao abrigo do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 e da alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, doravante designado por **MUNICÍPIO**;

**ESCOLA SECUNDÁRIA CARLOS AMARANTE**, pessoa coletiva número 600 015 262, sita na Rua da Restauração, 4710 – 428 Braga, aqui representada por Hortense Lopes dos Santos na qualidade de Diretora, com poderes para o ato, adiante designada **ESCA**;

E

**CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, pessoa coletiva número 508 069 645, com sede em Av. Infante Santo, n.º 2, em Lisboa, representada pelo Vogal do Conselho de Administração, Dr. Luís Filipe Machado da Silva Andrade, no uso de poderes conferidos por deliberação do Conselho de Administração de 05/09/2024, adiante designada por **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**

Considerando que:

- A) O **MUNICÍPIO** aprovou o Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC) que definiu diversas medidas de sustentabilidade energética, designadamente, a de avaliar os locais de maior produção energética resultante da instalação de painéis fotovoltaicos e promover a respetiva implementação, no âmbito do projeto de avaliação do potencial fotovoltaico do edificado no Concelho.
- B) Em execução dessa medida e - tendo em vista reduzir os custos da utilização da energia elétrica e minimizar os respetivos impactos ambientais, **MUNICÍPIO** - pretende lançar um concurso público de cedência de espaços para a colocação de painéis fotovoltaicos nas coberturas das Escolas Secundárias do concelho.



- C) A **ESCA** integra a rede de escolas secundárias que constituem o património gerido pela **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, na universalidade dos bens que a compõem, de acordo com o disposto no contrato-programa celebrado entre esta empresa e o Estado Português;
- D) Na prossecução do seu objeto, a **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, promoveu a requalificação da ESCA a qual se encontra integrada na Fase 2 do Programa de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário, tendo disponibilizado a infraestrutura escolar à **ESCA** em 01 de abril de 2011;
- E) O **MUNICÍPIO** e a **ESCA** pretendem reunir esforços para dotar a referida escola com uma Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC) a partir de energia solar fotovoltaica, com o intuito de reduzir a fatura energética da escola, bem como aumentar a quota de energia proveniente de fontes de energia renovável nos edifícios públicos do concelho, indo ao encontro do estabelecido nos documentos estratégicos nacionais (PNEC 2030) e locais (PAESC de Braga);
- F) Pretende o **MUNICÍPIO** proceder ao início dos trabalhos para a elaboração do projeto de execução com vista à instalação da UPAC na **ESCA**;
- G) Atento o propósito do **MUNICÍPIO** e da **ESCA**, a manifesta utilidade para o concelho, comunidade escolar e local e para a concretização dos objetivos comuns, a **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** autoriza a referida intervenção de dotação de uma **UPAC pelo MUNICÍPIO**, não importando, para a mesma, através do presente protocolo quaisquer encargos ou custos de qualquer natureza;
- H) A celebração do presente protocolo foi aprovada pela deliberação camarária do **MUNICÍPIO** tomada em reunião de     /    /     e pelo Conselho de Administração da **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** em 05/09/2024.

É celebrado e reciprocamente aceite o presente protocolo, o qual se rege nos termos e fundamentos dos considerandos que antecedem e pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª**

(Objeto)

O presente protocolo tem por objeto fixar os termos da colaboração entre o **MUNICÍPIO**, a **ESCA** e a **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, com vista à instalação da UPAC nos edifícios que, em decisão



conjunta por estas três entidades, se perfilam com as condições operacionais ideais para a instalação da central fotovoltaica, sitos na Escola Secundária Carlos Amarante.

## **Cláusula 2.ª**

(Da responsabilidade do **MUNICÍPIO**)

1. Compete ao **MUNICÍPIO** proceder à instalação de unidades de autoconsumo fotovoltaico, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, competindo-lhe, em exclusivo, promover as ações necessárias ao fim visado, com interlocução junto de quaisquer entidades, atuando na qualidade de dono da obra ou entidade adjudicante.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, o **MUNICÍPIO** é responsável, designadamente, por:
  - a) Elaborar o projeto de execução com vista à instalação de unidade de produção de energia fotovoltaica para autoconsumo nas instalações da Escola Secundária Carlos Amarante, respeitando o projeto de requalificação e promovendo o seu enquadramento harmonioso no conjunto arquitetónico composto também pela escola, e por garantir a assistência técnica à obra;
  - b) Dar conhecimento à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** das várias fases de elaboração e do projeto final de execução da UPAC, bem como das eventuais alterações ao mesmo;
  - c) Obter quaisquer licenças, autorizações ou similares, suportando os respetivos encargos;
  - d) Desencadear os procedimentos inerentes à adjudicação e execução da obra, incluindo a fiscalização, coordenação de segurança e prática dos demais atos e contratos necessários à conclusão da empreitada, obrigando-se a assegurar a existência das cauções que assegurem a boa execução dos contratos e a correção de defeitos durante os prazos legais de garantia, suportando todos os encargos e custos daí decorrentes;
  - e) Certificar, por consulta do registo criminal, que as pessoas empregues nos trabalhos não estão inibidas de contactos com menores;
  - f) Assegurar as correções dos eventuais defeitos da UPAC, durante o período de garantia previsto do artigo 397º do CCP;
  - g) Durante o período de garantia da UPAC, assegurar a manutenção corretiva da instalação, dos equipamentos, componentes e acessórios;



- h) Subscrever e manter em vigor as apólices de seguro necessárias, nomeadamente de responsabilidade civil, que cubram eventuais danos causados pela instalação;
- i) Reparar os danos que a instalação da UPAC provoque nos bens propriedade da **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, **ESCA** ou a terceiros;
- j) Garantir a preservação e manutenção das atividades escolares em condições de segurança e normalidade;
- k) Elaborar e publicitar o Plano de Segurança, para garantir as condições de circulação e segurança de pessoas e bens, no acesso às instalações escolares, seja durante os períodos letivos, ou durante as férias escolares, obrigando-se ainda a dar conhecimento do plano à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** e à **ESCA** antes da sua aprovação, tendo em vista a inclusão de especificações e medidas cautelares ou de proteção por estes sugeridas;
- l) Dar informação à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** e à **ESCA** sobre a data da consignação da obra, antes da mesma ocorrer, sobre a evolução dos trabalhos, ao longo da respetiva execução e sobre a sua conclusão, aquando da marcação da vistoria para a receção provisória.
- m) Assegurar, pelo menos uma vez por ano, a manutenção preventiva dos equipamentos pertencentes à UPAC, após a receção definitiva da obra pelo **MUNICÍPIO**, devendo a mesma ser articulada com a **ESCA** e dado conhecimento à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**;
- n) Informar a **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** e a **ESCA** sobre as leituras do contador de energia fotovoltaica e reportes de produção, sempre que solicitado.

### **Cláusula 3.ª**

(Da responsabilidade da **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**)

Compete à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, na qualidade de proprietária das instalações da **ESCA**:

- a) Disponibilizar os espaços, identificados no projeto de execução (a elaborar), para a execução das obras necessárias à instalação da UPAC na **ESCA**, conforme considerandos D) e E) e cláusula 1ª;
- b) Autorizar a realização das referidas obras de requalificação, sem que daí, para si, decorram custos ou encargos de qualquer natureza, as quais passarão a integrar a propriedade da **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** à medida que forem executadas;



c) Atuar, a todo o tempo, na qualidade de proprietária, em especial determinando as medidas que repute necessárias e imputando os respetivos custos, diante de um incumprimento definitivo na conclusão das obras ou na correção de defeitos das mesmas, que importe risco ou perigo para pessoas e bens, não sem antes envidar junto do **MUNICÍPIO** as ações e colaboração adequadas a promover a sua realização.

#### **Cláusula 4.ª**

(Da responsabilidade da **ESCA**)

Compete à **ESCA**:

- a) Divulgar, junto dos utilizadores do espaço escolar, a informação relevante sobre a requalificação, nomeadamente, a que respeite à data do seu início, aos especiais deveres de prudência e regras de segurança a observar, bem como às condicionantes ou restrições de acesso, circulação e/ou utilização de espaços e/ou equipamentos;
- b) Disponibilizar nas instalações um espaço para colocação de um ecrã que disponibilize informação sobre a produção em tempo real da central fotovoltaica.
- c) Dinamizar no decorrer das atividades escolares iniciativas de sensibilização e capacitação destinadas aos alunos, professores e restante corpo técnico sobre a temática da transição energética e que permitam a visita destes à central fotovoltaica (caso seja instalada em local acessível para o efeito).

#### **Cláusula 5.ª**

(Revisão)

O presente protocolo pode ser revisto por acordo entre as partes, formalizado por meio de aditamento.

#### **Cláusula 6.ª**

(Vigência)

1. O presente Protocolo é aceite pelas partes nos exatos termos constantes das suas cláusulas, entrando em vigor na data da sua assinatura.
2. O presente Protocolo é celebrado pelo prazo máximo de 15 (quinze) anos, renovando-se por períodos sucessivos de igual duração, enquanto não for denunciado por qualquer uma das partes,



mediante comunicação escrita, enviada por via postal, com aviso de receção, com a antecedência mínima de 3 (três) meses, face ao termo do acordo ou ao de qualquer uma das suas renovações.

3. Sem prejuízo do exposto no número anterior, o Protocolo poderá cessar a sua vigência antes dessa data, mediante notificação devidamente fundamentada, enviada com uma antecedência de 6 (seis) meses relativamente à data de termo pretendida, por superiores razões de interesse público ditadas pela tutela.

4. A cessação do presente protocolo, por qualquer causa, não confere ao **MUNICÍPIO** o direito a ser compensado ou levantar quaisquer benfeitorias.

Feito em três exemplares, vai o presente protocolo ser assinado pelos representantes das partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

\_\_\_\_\_, XX de XXXX de 2024

Ou

O contrato, que vai ser outorgado com assinatura eletrónica qualificada, produz efeitos à data da sua outorga.

Pelo **MUNICÍPIO DE BRAGA**,

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Ricardo Rio)*

Pela **ESCOLA SECUNDÁRIA CARLOS AMARANTE**,

A Diretora,

---

*(Hortense Lopes dos Santos)*





Pela **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**,  
O Vogal do Conselho de Administração,

---

*(Dr. Luís Filipe Machado da Silva Andrade)*



## PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO “PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL E O CLIMA”

Entre

**MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa coletiva número **506901173**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Rio, no uso da competência própria, ao abrigo do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 e da alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, doravante designado por **MUNICÍPIO**;

**ESCOLA SECUNDÁRIA D. MARIA II**, pessoa coletiva número 600 078 990, sita na Rua 25 de Abril, 4710 – 913 Braga, aqui representada por Ângela Maria Machado Meireles na qualidade de Diretora, com poderes para o ato, adiante designada **EDMII**;

E

**CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, pessoa coletiva número 508 069 645, com sede em Av. Infante Santo, n.º 2, em Lisboa, representada pelo Vogal do Conselho de Administração, Dr. Luís Filipe Machado da Silva Andrade, no uso de poderes conferidos por deliberação do Conselho de Administração de 05/09/2024, adiante designada por **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**

Considerando que:

- A) O **MUNICÍPIO** aprovou o Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC) que definiu diversas medidas de sustentabilidade energética, designadamente, a de avaliar os locais de maior produção energética resultante da instalação de painéis fotovoltaicos e promover a respetiva implementação, no âmbito do projeto de avaliação do potencial fotovoltaico do edificado no Concelho.
- B) Em execução dessa medida e - tendo em vista reduzir os custos da utilização da energia elétrica e minimizar os respetivos impactos ambientais, **MUNICÍPIO** - pretende lançar um concurso público de cedência de espaços para a colocação de painéis fotovoltaicos nas coberturas das Escolas Secundárias do concelho.



- C) A **EDMII** integra a rede de escolas secundárias que constituem o património gerido pela **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, na universalidade dos bens que a compõem, de acordo com o disposto no contrato-programa celebrado entre esta empresa e o Estado Português;
- D) Na prossecução do seu objeto, a **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, promoveu a requalificação da EDMII a qual se encontra integrada na Fase 2 do Programa de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário, tendo disponibilizado a infraestrutura escolar à **EDMII** em 01 de abril de 2011;
- E) O **MUNICÍPIO** e a **EDMII** pretendem reunir esforços para dotar a referida escola com uma Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC) a partir de energia solar fotovoltaica, com o intuito de reduzir a fatura energética da escola, bem como aumentar a quota de energia proveniente de fontes de energia renovável nos edifícios públicos do concelho, indo ao encontro do estabelecido nos documentos estratégicos nacionais (PNEC 2030) e locais (PAESC de Braga);
- F) Pretende o **MUNICÍPIO** proceder ao início dos trabalhos para a elaboração do projeto de execução com vista à instalação da UPAC na **EDMII**;
- G) Atento o propósito do **MUNICÍPIO** e da **EDMII**, a manifesta utilidade para o concelho, comunidade escolar e local e para a concretização dos objetivos comuns, a **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** autoriza a referida intervenção de dotação de uma UPAC pelo **MUNICÍPIO**, não importando, para a mesma, através do presente protocolo quaisquer encargos ou custos de qualquer natureza;
- H) A celebração do presente protocolo foi aprovada pela deliberação camarária do **MUNICÍPIO** tomada em reunião de     /    /    , e pelo Conselho de Administração da **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** em 05/09/2024.

É celebrado e reciprocamente aceite o presente protocolo, o qual se rege nos termos e fundamentos dos considerandos que antecedem e pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª**

(Objeto)

O presente protocolo tem por objeto fixar os termos da colaboração entre o **MUNICÍPIO**, a **EDMII** e a **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, com vista à instalação da UPAC nos edifícios que, em decisão



conjunta por estas três entidades, se perfilam com as condições operacionais ideais para a instalação da central fotovoltaica, sitos na Escola Secundária D. Maria II.

## **Cláusula 2.ª**

(Da responsabilidade do **MUNICÍPIO**)

1. Compete ao **MUNICÍPIO** proceder à instalação de unidades de autoconsumo fotovoltaico, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, competindo-lhe, em exclusivo, promover as ações necessárias ao fim visado, com interlocução junto de quaisquer entidades, atuando na qualidade de dono da obra ou entidade adjudicante.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, o **MUNICÍPIO** é responsável, designadamente, por:
  - a) Elaborar o projeto de execução com vista à instalação de unidade de produção de energia fotovoltaica para autoconsumo nas instalações da Escola Secundária D. Maria II, respeitando o projeto de requalificação e promovendo o seu enquadramento harmonioso no conjunto arquitetónico composto também pela escola, e por garantir a assistência técnica à obra;
  - b) Dar conhecimento à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** das várias fases de elaboração e do projeto final de execução da UPAC, bem como das eventuais alterações ao mesmo;
  - c) Obter quaisquer licenças, autorizações ou similares, suportando os respetivos encargos;
  - d) Desencadear os procedimentos inerentes à adjudicação e execução da obra, incluindo a fiscalização, coordenação de segurança e prática dos demais atos e contratos necessários à conclusão da empreitada, obrigando-se a assegurar a existência das cauções que assegurem a boa execução dos contratos e a correção de defeitos durante os prazos legais de garantia, suportando todos os encargos e custos daí decorrentes;
  - e) Certificar, por consulta do registo criminal, que as pessoas empregues nos trabalhos não estão inibidas de contactos com menores;
  - f) Assegurar as correções dos eventuais defeitos da UPAC, durante o período de garantia previsto do artigo 397º do CCP;
  - g) Durante o período de garantia da UPAC, assegurar a manutenção corretiva da instalação, dos equipamentos, componentes e acessórios;



- h) Subscrever e manter em vigor as apólices de seguro necessárias, nomeadamente de responsabilidade civil, que cubram eventuais danos causados pela instalação;
- i) Reparar os danos que a instalação da UPAC provoque nos bens propriedade da **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, EDMII ou a terceiros;
- j) Garantir a preservação e manutenção das atividades escolares em condições de segurança e normalidade;
- k) Elaborar e publicitar o Plano de Segurança, para garantir as condições de circulação e segurança de pessoas e bens, no acesso às instalações escolares, seja durante os períodos letivos, ou durante as férias escolares, obrigando-se ainda a dar conhecimento do plano à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** e à **EDMII** antes da sua aprovação, tendo em vista a inclusão de especificações e medidas cautelares ou de proteção por estes sugeridas;
- l) Dar informação à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** e à **EDMII** sobre a data da consignação da obra, antes da mesma ocorrer, sobre a evolução dos trabalhos, ao longo da respetiva execução e sobre a sua conclusão, aquando da marcação da vistoria para a receção provisória.
- m) Assegurar, pelo menos uma vez por ano, a manutenção preventiva dos equipamentos pertencentes à UPAC, após a receção definitiva da obra pelo **MUNICÍPIO**, devendo a mesma ser articulada com a **EDMII** e dado conhecimento à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**;
- n) Informar a **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** e a **EDMII** sobre as leituras do contador de energia fotovoltaica e reportes de produção, sempre que solicitado.

### Cláusula 3.ª

(Da responsabilidade da **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**)

Compete à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, na qualidade de proprietária das instalações da Escola Secundária D. Maria II:

- a) Disponibilizar os espaços, identificados no projeto de execução (a elaborar), para a execução das obras necessárias à instalação da UPAC na **EDMII**, conforme considerandos D) e E) e cláusula 1ª;
- b) Autorizar a realização das referidas obras de requalificação, sem que daí, para si, decorram custos ou encargos de qualquer natureza, as quais passarão a integrar a propriedade da **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** à medida que forem executadas;



c) Atuar, a todo o tempo, na qualidade de proprietária, em especial determinando as medidas que repute necessárias e imputando os respetivos custos, diante de um incumprimento definitivo na conclusão das obras ou na correção de defeitos das mesmas, que importe risco ou perigo para pessoas e bens, não sem antes envidar junto do **MUNICÍPIO** as ações e colaboração adequadas a promover a sua realização.

#### **Cláusula 4.ª**

(Da responsabilidade da EDMII)

Compete à EDMII:

- a) Divulgar, junto dos utilizadores do espaço escolar, a informação relevante sobre a requalificação, nomeadamente, a que respeite à data do seu início, aos especiais deveres de prudência e regras de segurança a observar, bem como às condicionantes ou restrições de acesso, circulação e/ou utilização de espaços e/ou equipamentos;
- b) Disponibilizar nas instalações um espaço para colocação de um ecrã que disponibilize informação sobre a produção em tempo real da central fotovoltaica.
- c) Dinamizar no decorrer das atividades escolares iniciativas de sensibilização e capacitação destinadas aos alunos, professores e restante corpo técnico sobre a temática da transição energética e que permitam a visita destes à central fotovoltaica (caso seja instalada em local acessível para o efeito).

#### **Cláusula 5.ª**

(Revisão)

O presente protocolo pode ser revisto por acordo entre as partes, formalizado por meio de aditamento.

#### **Cláusula 6.ª**

(Vigência)

1. O presente Protocolo é aceite pelas partes nos exatos termos constantes das suas cláusulas, entrando em vigor na data da sua assinatura.
2. O presente Protocolo é celebrado pelo prazo máximo de 15 (quinze) anos, renovando-se por períodos sucessivos de igual duração, enquanto não for denunciado por qualquer uma das partes,



mediante comunicação escrita, enviada por via postal, com aviso de receção, com a antecedência mínima de 3 (três) meses, face ao termo do acordo ou ao de qualquer uma das suas renovações.

3. Sem prejuízo do exposto no número anterior, o Protocolo poderá cessar a sua vigência antes dessa data, mediante notificação devidamente fundamentada, enviada com uma antecedência de 6 (seis) meses relativamente à data de termo pretendida, por superiores razões de interesse público ditadas pela tutela.

4. A cessação do presente protocolo, por qualquer causa, não confere ao **MUNICÍPIO** o direito a ser compensado ou levantar quaisquer benfeitorias.

Feito em três exemplares, vai o presente protocolo ser assinado pelos representantes das partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

\_\_\_\_\_, XX de XXXX de 2024

Ou

O contrato, que vai ser outorgado com assinatura eletrónica qualificada, produz efeitos à data da sua outorga.

Pelo **MUNICÍPIO DE BRAGA**,

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Ricardo Rio)*

Pela **ESCOLA SECUNDÁRIA D. MARIA II**,

A Diretora,

---

*(Ângela Maria Machado Meireles)*



Pela **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**,  
O Vogal do Conselho de Administração,

---

*(Dr. Luís Filipe Machado da Silva Andrade)*





## PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO “PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL E O CLIMA”

Entre

**MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa coletiva número **506901173**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Rio, no uso da competência própria, ao abrigo do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 e da alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, doravante designado por **MUNICÍPIO**;

**ESCOLA SECUNDÁRIA DE SÁ DE MIRANDA**, pessoa coletiva número 600 078 248, sita na Rua Doutor Domingos Soares, 4710 – 295 Braga, aqui representada por Margarida Antonieta da Rocha e Silva na qualidade de Diretora, com poderes para o ato, adiante designada **ESSM**;

E

**CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, pessoa coletiva número 508 069 645, com sede em Av. Infante Santo, n.º 2, em Lisboa, representada pelo Vogal do Conselho de Administração, Dr. Luís Filipe Machado da Silva Andrade, no uso de poderes conferidos por deliberação do Conselho de Administração de 05/09/2024, adiante designada por **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**

Considerando que:

- A) O **MUNICÍPIO** aprovou o Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC) que definiu diversas medidas de sustentabilidade energética, designadamente, a de avaliar os locais de maior produção energética resultante da instalação de painéis fotovoltaicos e promover a respetiva implementação, no âmbito do projeto de avaliação do potencial fotovoltaico do edificado no Concelho.
- B) Em execução dessa medida e - tendo em vista reduzir os custos da utilização da energia elétrica e minimizar os respetivos impactos ambientais, **MUNICÍPIO** - pretende lançar um concurso público de cedência de espaços para a colocação de painéis fotovoltaicos nas coberturas das Escolas Secundárias do concelho.



- C) A **ESSM** integra a rede de escolas secundárias que constituem o património gerido pela **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, na universalidade dos bens que a compõem, de acordo com o disposto no contrato-programa celebrado entre esta empresa e o Estado Português;
- D) Na prossecução do seu objeto, a **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, promoveu a requalificação da ESSM, a qual se encontra integrada na Fase 1 do Programa de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário, tendo disponibilizado a infraestrutura escolar à **ESSM** em 29 de janeiro de 2011;
- E) O **MUNICÍPIO** e a **ESSM** pretendem reunir esforços para dotar a referida escola com uma Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC) a partir de energia solar fotovoltaica, com o intuito de reduzir a fatura energética da escola, bem como aumentar a quota de energia proveniente de fontes de energia renovável nos edifícios públicos do concelho, indo ao encontro do estabelecido nos documentos estratégicos nacionais (PNEC 2030) e locais (PAESC de Braga);
- F) Pretende o **MUNICÍPIO** proceder ao início dos trabalhos para a elaboração do projeto de execução com vista à instalação da UPAC na **ESSM**;
- G) Atento o propósito do **MUNICÍPIO** e da **ESSM**, a manifesta utilidade para o concelho, comunidade escolar e local e para a concretização dos objetivos comuns, a **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** autoriza a referida intervenção de dotação de uma UPAC pelo **MUNICÍPIO**, não importando, para a mesma, através do presente protocolo quaisquer encargos ou custos de qualquer natureza;
- H) A celebração do presente protocolo foi aprovada pela deliberação camarária do **MUNICÍPIO** tomada em reunião de     /    /     e pelo Conselho de Administração da **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** em 05/09/2024.

É celebrado e reciprocamente aceite o presente protocolo, o qual se rege nos termos e fundamentos dos considerandos que antecedem e pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª**

(Objeto)

O presente protocolo tem por objeto fixar os termos da colaboração entre o **MUNICÍPIO**, a **ESSM** e a **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, com vista à instalação da UPAC nos edifícios que, em decisão



conjunta por estas três entidades, se perfilam com as condições operacionais ideais para a instalação da central fotovoltaica, sitos na ESSM.

## **Cláusula 2.ª**

(Da responsabilidade do **MUNICÍPIO**)

1. Compete ao **MUNICÍPIO** proceder à instalação de unidades de autoconsumo fotovoltaico, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, competindo-lhe, em exclusivo, promover as ações necessárias ao fim visado, com interlocução junto de quaisquer entidades, atuando na qualidade de dono da obra ou entidade adjudicante.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, o **MUNICÍPIO** é responsável, designadamente, por:
  - a) Elaborar o projeto de execução com vista à instalação de unidade de produção de energia fotovoltaica para autoconsumo nas instalações da escola, respeitando o projeto de requalificação e promovendo o seu enquadramento harmonioso no conjunto arquitetónico composto também pela escola, e por garantir a assistência técnica à obra;
  - b) Dar conhecimento à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** das várias fases de elaboração e do projeto final de execução da UPAC, bem como das eventuais alterações ao mesmo;
  - c) Obter quaisquer licenças, autorizações ou similares, suportando os respetivos encargos;
  - d) Desencadear os procedimentos inerentes à adjudicação e execução da obra, incluindo a fiscalização, coordenação de segurança e prática dos demais atos e contratos necessários à conclusão da empreitada, obrigando-se a assegurar a existência das cauções que assegurem a boa execução dos contratos e a correção de defeitos durante os prazos legais de garantia, suportando todos os encargos e custos daí decorrentes;
  - e) Certificar, por consulta do registo criminal, que as pessoas empregues nos trabalhos não estão inibidas de contactos com menores;
  - f) Assegurar as correções dos eventuais defeitos da UPAC, durante o período de garantia previsto do artigo 397º do CCP;
  - g) Durante o período de garantia da UPAC, assegurar a manutenção corretiva da instalação, dos equipamentos, componentes e acessórios;



- h) Subscrever e manter em vigor as apólices de seguro necessárias, nomeadamente de responsabilidade civil, que cubram eventuais danos causados pela instalação;
- i) Reparar os danos que a instalação da UPAC provoque nos bens propriedade da **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E., ESSM** ou a terceiros;
- j) Garantir a preservação e manutenção das atividades escolares em condições de segurança e normalidade;
- k) Elaborar e publicitar o Plano de Segurança, para garantir as condições de circulação e segurança de pessoas e bens, no acesso às instalações escolares, seja durante os períodos letivos, ou durante as férias escolares, obrigando-se ainda a dar conhecimento do plano à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** e à **ESSM** antes da sua aprovação, tendo em vista a inclusão de especificações e medidas cautelares ou de proteção por estes sugeridas;
- l) Dar informação à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** e à **ESSM** sobre a data da consignação da obra, antes da mesma ocorrer, sobre a evolução dos trabalhos, ao longo da respetiva execução e sobre a sua conclusão, aquando da marcação da vistoria para a receção provisória.
- m) Assegurar, pelo menos uma vez por ano, a manutenção preventiva dos equipamentos pertencentes à UPAC, após a receção definitiva da obra pelo **MUNICÍPIO**, devendo a mesma ser articulada com a **ESSM** e dado conhecimento à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**;
- n) Informar a **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** e a **ESSM** sobre as leituras do contador de energia fotovoltaica e reportes de produção, sempre que solicitado.

### Cláusula 3.ª

(Da responsabilidade da **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**)

Compete à **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**, na qualidade de proprietária das instalações da **ESSM**.

- a) Disponibilizar os espaços, identificados no projeto de execução (a elaborar), para a execução das obras necessárias à instalação da UPAC na **ESSM**, conforme considerandos D) e E) e cláusula 1ª;
- b) Autorizar a realização das referidas obras de requalificação, sem que daí, para si, decorram custos ou encargos de qualquer natureza, as quais passarão a integrar a propriedade da **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.** à medida que forem executadas;



c) Atuar, a todo o tempo, na qualidade de proprietária, em especial determinando as medidas que repute necessárias e imputando os respetivos custos, diante de um incumprimento definitivo na conclusão das obras ou na correção de defeitos das mesmas, que importe risco ou perigo para pessoas e bens, não sem antes envidar junto do **MUNICÍPIO** as ações e colaboração adequadas a promover a sua realização.

#### **Cláusula 4.ª**

(Da responsabilidade da **ESSM**)

Compete à **ESSM**:

- a) Divulgar, junto dos utilizadores do espaço escolar, a informação relevante sobre a requalificação, nomeadamente, a que respeite à data do seu início, aos especiais deveres de prudência e regras de segurança a observar, bem como às condicionantes ou restrições de acesso, circulação e/ou utilização de espaços e/ou equipamentos;
- b) Disponibilizar nas instalações um espaço para colocação de um ecrã que disponibilize informação sobre a produção em tempo real da central fotovoltaica.
- c) Dinamizar no decorrer das atividades escolares iniciativas de sensibilização e capacitação destinadas aos alunos, professores e restante corpo técnico sobre a temática da transição energética e que permitam a visita destes à central fotovoltaica (caso seja instalada em local acessível para o efeito).

#### **Cláusula 5.ª**

(Revisão)

O presente protocolo pode ser revisto por acordo entre as partes, formalizado por meio de aditamento.

#### **Cláusula 6.ª**

(Vigência)

1. O presente Protocolo é aceite pelas partes nos exatos termos constantes das suas cláusulas, entrando em vigor na data da sua assinatura.
2. O presente Protocolo é celebrado pelo prazo máximo de 15 (quinze) anos, renovando-se por períodos sucessivos de igual duração, enquanto não for denunciado por qualquer uma das partes,



mediante comunicação escrita, enviada por via postal, com aviso de receção, com a antecedência mínima de 3 (três) meses, face ao termo do acordo ou ao de qualquer uma das suas renovações.

3. Sem prejuízo do exposto no número anterior, o Protocolo poderá cessar a sua vigência antes dessa data, mediante notificação devidamente fundamentada, enviada com uma antecedência de 6 (seis) meses relativamente à data de termo pretendida, por superiores razões de interesse público ditadas pela tutela.

4. A cessação do presente protocolo, por qualquer causa, não confere ao **MUNICÍPIO** o direito a ser compensado ou levantar quaisquer benfeitorias.

Feito em três exemplares, vai o presente protocolo ser assinado pelos representantes das partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

\_\_\_\_\_, XX de XXXX de 2024

Ou

O contrato, que vai ser outorgado com assinatura eletrónica qualificada, produz efeitos à data da sua outorga.

Pelo **MUNICÍPIO DE BRAGA**,

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

*(Ricardo Rio)*

Pela **ESCOLA SECUNDÁRIA DE SÁ DE MIRANDA**,

A Diretora,

---

*(Margarida Antonieta da Rocha e Silva)*



Pela **CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E.**,  
O Vogal do Conselho de Administração,

---

*(Dr. Luís Filipe Machado da Silva Andrade)*